

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

**Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2013**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Supervia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.



SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.


Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 24 de fevereiro de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	644	18.202	4.662	19.449	Fornecedores (Nota 10)	137.355	56.367	138.039	56.447
Contas a receber (Nota 7)	33.010	15.078	41.516	19.746	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	412.412	271.116	417.916	271.116
Dividendos a receber (Nota 8 (b))	10.425	4.314			Salários e encargos sociais	25.468	23.463	26.007	23.872
Estoques	23.137	23.809	23.137	23.809	Tributos a pagar	4.428	6.004	5.547	6.870
Tributos a recuperar	592	3.661	685	3.713	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) (Nota 14)	1.434	8.798	1.434	8.798
Despesas do exercício seguinte	1.999	1.467	1.999	1.467	Parcelamentos (Nota 13)	5.525	20.555	5.525	20.555
Adiantamentos a fornecedores	2.494	5.115	2.494	5.115	Concessão a pagar (Nota 11)	3.572	3.155	3.572	3.155
Sociedades ligadas (Nota 21)	106.993	43.112	106.993	43.112	Outros passivos	18.874	14.837	19.047	14.865
Outros ativos	3.784	3.265	3.818	3.310					
	<u>183.078</u>	<u>118.023</u>	<u>185.304</u>	<u>119.721</u>		<u>609.068</u>	<u>404.295</u>	<u>617.087</u>	<u>405.678</u>
Não Circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	483.790	151.960	498.092	169.235
Sociedades ligadas (Nota 21)	509	305	509	305	Parcelamentos (Nota 13)	6.746	62.695	6.746	62.695
Contas a receber (Nota 7)	49.572	40.302	49.572	40.302	Concessão a pagar (Nota 11)	32.230	34.127	32.230	34.127
Tributos diferidos (Nota 15)	148.702	134.423	148.702	134.423	Tributos a pagar	1.427	2.312	1.427	2.312
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 17)	7.406	5.473	7.406	5.473	Provisão para contingências (Nota 17)	65.123	95.869	65.123	95.869
	<u>206.189</u>	<u>180.503</u>	<u>206.189</u>	<u>180.503</u>	Sociedades coligadas e controladas (Nota 21)	3.059			
					Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) (Nota 14)	3.211	4.418	3.211	4.418
					Outros passivos	78	172	78	172
						<u>595.664</u>	<u>351.553</u>	<u>606.907</u>	<u>368.828</u>
					Patrimônio líquido				
Investimentos em controlada (Nota 8)	1	1			Capital social integralizado (Nota 16)	359.300	359.300	359.300	359.300
Intangível (Nota 9)	920.928	599.281	937.965	616.242	Reserva de capital	11	11	11	11
	<u>1.127.118</u>	<u>779.785</u>	<u>1.144.154</u>	<u>796.745</u>	Prejuízos acumulados	(253.847)	(217.351)	(253.847)	(217.351)
						<u>105.464</u>	<u>141.960</u>	<u>105.464</u>	<u>141.960</u>
Total do ativo	<u>1.310.196</u>	<u>897.808</u>	<u>1.329.458</u>	<u>916.466</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.310.196</u>	<u>897.808</u>	<u>1.329.458</u>	<u>916.466</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária de
Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações				
Receita líquida (Nota 18)	692.304	620.257	720.529	658.559
Custos dos serviços prestados	(366.778)	(304.516)	(368.077)	(305.626)
Custo de construção	(273.716)	(249.271)	(273.891)	(265.629)
Lucro bruto	51.810	66.470	78.561	87.304
Despesas com vendas	(3.085)	(3.436)	(5.202)	(6.112)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(64.857)	(127.330)	(73.150)	(133.508)
Honorários da administração	(4.155)	(4.151)	(4.155)	(4.151)
Outras despesas, líquidas	(788)	(425)	(918)	(784)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	10.425	7.493		
Prejuízo operacional	(10.650)	(61.379)	(4.864)	(57.251)
Receitas financeiras (Nota 20)	9.598	37.586	9.656	37.676
Despesas financeiras (Nota 20)	(49.723)	(71.931)	(52.235)	(73.548)
Resultado financeiro líquido	(40.125)	(34.345)	(42.579)	(35.872)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.775)	(95.724)	(47.443)	(93.123)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)				
Corrente			(3.332)	(2.601)
Diferidos	14.279	34.376	14.279	34.376
Prejuízo do exercício	(36.496)	(61.348)	(36.496)	(61.348)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)			(0,2401)	(1,6176)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Prejuízo nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011	379.240	(19.940)	11	(156.004)	203.307
Prejuízo do exercício				(61.348)	(61.348)
Em 31 de dezembro de 2012	379.240	(19.940)	11	(217.351)	141.960
Prejuízo do exercício				(36.496)	(36.496)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>379.240</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(253.848)</u>	<u>105.464</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.775)	(95.724)	(47.443)	(93.124)
Ajustes				
Amortização	74.572	55.002	74.671	55.088
Prejuízo na baixa de intangível		122		129
Despesas financeiras - líquidas	40.125	34.345	42.579	35.872
Provisão para contingências	2.127	51.772	2.127	51.772
Equivalência patrimonial	(10.425)	(7.493)		
	106.399	133.748	119.377	142.861
Variação nos ativos e passivos				
Estoques	671	(7.148)	671	(7.148)
Contas a receber de clientes	(27.558)	(14.406)	(31.340)	(16.996)
Outros recebíveis	6.431	5.005	6.420	5.011
Fornecedores	80.611	10.748	81.214	10.589
Parcelamentos	(76.746)	(18.593)	(76.746)	(18.593)
Outras obrigações	(48.841)	(15.385)	(48.619)	(15.606)
	(65.432)	(39.779)	(68.400)	(42.743)
Caixa (aplicados nas) gerado pelas operações	(9.808)	(1.755)	3.534	6.994
Juros pagos	(4.476)	(3.501)	(4.476)	(3.501)
Impostos de renda e contribuição social pagos			(3.097)	(2.498)
Caixa líquido (aplicados) gerados pelas atividades operacionais	(14.284)	(5.256)	(4.039)	996
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições do ativo intangível	(370.692)	(267.665)	(370.867)	(284.023)
Recebimento de empréstimos com controladas				
Dividendos recebidos	4.313	6.180		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(366.379)	(261.485)	(370.867)	(284.023)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital				
Obtenção de empréstimos	439.730	345.972	439.730	361.972
Debêntures		150.000		150.000
Pagamentos de empréstimos	(13.806)	(178.531)	(13.806)	(178.531)
Transações com sociedades ligadas, líquida	(62.819)	(43.332)	(65.805)	(43.332)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	363.105	274.109	360.119	290.109
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(17.558)	7.368	(14.787)	7.082
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	18.202	10.834	19.449	12.367
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	644	18.202	4.662	19.449

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão ("Contrato") e aditamentos posteriores, no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 225 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ. As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Conforme definido no contrato de concessão assinado em 1998, cabe à Companhia a obrigação de executar o Programa de Recuperação de Material Rodante e o Programa de Serviços e Obras. Em 28 de dezembro de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em junho de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de 30 novos trens com ar condicionado. Todos os 30 trens entraram em operação durante o ano de 2012.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, sendo os principais pontos descritos a seguir:

Prazo de concessão - O contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, fica, condicionado a investimentos, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048.

Reajuste e revisão de tarifas - As tarifas serão reajustadas anualmente, no mês de novembro de cada ano, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV, ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores.

- A tarifa será objeto de revisão, ordinária ou extraordinária, independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 05 anos. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento, na ocorrência de circunstância que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato com as alterações do aditivo.
- Em consequência das manifestações ocorridas por todo o Brasil, o Governo do Estado do Rio de Janeiro determinou na data de 21 de junho de 2013 a redução da tarifa do trem de R\$ 3,10 para R\$ 2,90. A tarifa de R\$ 3,10 estava em vigor desde a data de 02 de fevereiro de 2013.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Preço da Concessão - o preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos e quarenta mil novecentos e noventa reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo nº VIII do Contrato de Concessão:

- O preço da outorga será pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento, através da realização de investimentos tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Sendo certo que o montante a ser pago a título de investimento, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos a serem pagos ao Estado, serão realizados sem majoração da tarifa em vigor e nem serão considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - serão considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, CENTRAL, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - o Estado em cumprimento à cláusula 24, ao Contrato e dando continuidade ao estabelecido ao Sexto Termo Aditivo ao Contrato, ratifica a transferência à Concessionária de receitas estimadas a partir de 28 de dezembro de 2007 para pagamento do passivo judicial, de responsabilidade da Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística (“Central”) e da Companhia Fluminense de Trens Urbanos (“Flumitrens”), na seguinte ordem:

- Compensação, a partir do mês de dezembro de 2010, das parcelas da outorga mensal devidas pela Concessionária ao Estado, no valor atual de R\$ 263 cada parcela, perfazendo um valor total de R\$ 3.572 por ano ou R\$ 35.802 (base dezembro/2013) até outubro de 2023, inclusive.
- Dação em pagamento dos bens móveis, no valor total e atual de R\$ 8.482 devidamente relacionados e alienados, com exclusões e reavaliações dos itens constantes do sexto aditamento.
- Créditos relacionados aos depósitos recursais, subtraídas as despesas para o seu resgate em valor líquido.

Em 07 de julho de 2011, o Estado do Rio de Janeiro assinou contrato com a SuperVia pelo prazo de um ano para prestação de serviço de operação do Teleférico localizado na cidade do Rio de Janeiro na localidade denominada Complexo do Alemão. Este Teleférico tem em seu sistema, seis estações sendo a primeira estação um anexo da Estação Ferroviária de Bonsucesso e as demais estações distribuídas ao longo do sistema. Em 07 de julho de 2012, o Estado do Rio de Janeiro prorrogou por mais um ano o contrato de prestação de serviço de operação neste Teleférico e em 05 de Julho de 2013 foi prorrogado por mais seis meses, em 06 de janeiro de 2014 o Estado do Rio de Janeiro efetuou nova prorrogação por período de cinco meses. Em 17 de agosto de 2011, a Companhia recebeu adiantamento de R\$ 14.900 para utilização na construção da infraestrutura necessária à operação do Teleférico. O adiantamento é apropriado conforme prestação de contas à medida que os serviços de construção são realizados.

Em 03 de dezembro de 2012 a Companhia assinou contrato com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, para aquisição de 20 trens com ar condicionado. O início de operação de todos os 20 trens está prevista para setembro de 2014.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 425.990 (consolidado R\$ 431.783), necessitando de recursos de longo prazo para fazer face aos compromissos de curto prazo. O aumento apresentado em relação a 2012 é resultado, principalmente, de novos empréstimos de curto prazo para financiamento de investimentos (Nota 12).

Para minimizar os efeitos do capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está negociando à tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo em instituições bancárias nacionais renomadas, visando garantir o programa de investimentos presentes no plano geral de negócios da Companhia.

Baseados nas projeções financeiras da Companhia, o capital circulante líquido encontrará o equilíbrio e se tornará positivo com a redução da necessidade de utilização dos recursos provenientes de terceiros, em virtude da geração de recursos provenientes das atividades operacionais e novos empréstimos de longo prazo.

A Odebrecht TransPort S.A. (OTP), controladora da Companhia, possui capacidade financeira suficiente e manifestou formalmente a intenção de prover, caso necessário, o suporte financeiro adequado para que a Companhia cumpra com suas obrigações operacionais e financeiras de curto prazo, a fim de manter sua atividade operacional até que o volume das suas operações seja suficiente para gerar fluxo positivo de caixa.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 24 de fevereiro de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da SuperVia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controladora) e de sua controlada integral SC Empreendimentos e Participações S.A (anteriormente denominada SuperVia Comercial S.A.)

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais, quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

A Companhia detém participação societária integral nas empresas Teleféricos do Rio de Janeiro S.A e Hotel Central do Brasil S.A., tais empresas não são consideradas investimentos relevantes, pois possuem Capital social de R\$ 1 e R\$ 0,9, respectivamente, em contrapartida de caixa e, portanto, não fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da SuperVia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Os valores a receber do Poder Concedente – Estado do Rio de Janeiro - representam reembolso de R\$ 1 (um real) por estudante pela gratuidade concedida e também, valores pagos pela Companhia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão (Nota 1), além de valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico (Nota 7).

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.7 Despesas do exercício seguinte

As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos seguros.

2.8 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores representam valores concedidos a fornecedores, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 17).

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infra-estrutura, e são reconhecidos a partir da data em que encontram-se disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e sua controlada, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, no qual a SuperVia promete entregar recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo intangível e um passivo de financiamento (arrendamento). O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelas taxas definidas na Nota 9.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a SuperVia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

(b) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida em que o serviço é prestado. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e sua controlada reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(b) Receitas de construção

Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 18 (a)).

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Regime tributário de transição (RTT)

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada, ou não, dos preceitos atualmente disciplinados pela MP, não deverá produzir impactos relevantes na presente Demonstração Financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2014.

. O IFRS 9 (CPC 38)- "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010, e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidade, contas a receber, contas a pagar e fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia através de sua controlada mantém um contrato de Swap de taxa de juros, junto ao Banco ABC para o empréstimo para aquisição de imóvel conforme descrito na Nota 12. O valor nominal do swap é de R\$ 16.000. O valor garantido pelo banco é de 100% do CDI acrescido de 3,9% a.a., sendo o valor garantido pela Companhia equivalente a IGMP acrescido de 8,1% a.a. As operações de swap possuem vencimento entre julho de 2014 e julho de 2017, conforme cronograma das parcelas do valor principal do empréstimo. O valor de mercado das operações em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 871.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

O parcelamento pago à Light (Nota 13 (a)) e a Cessão de crédito de parte desta operação para o Banco Santander S.A. (Nota 13 (b)), estão reconhecidos pelo seu valor presente.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, no qual a Companhia tem interesse estratégico.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação do CDI e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2013, e está negociando tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo em instituições bancárias nacionais renomadas, visando garantir o programa de investimentos presentes no plano geral de negócios da Companhia.

Baseados nas projeções financeiras da Companhia, o capital circulante líquido encontrará o equilíbrio e se tornará positivo com a redução da necessidade de utilização dos recursos provenientes de terceiros, em virtude da geração de recursos provenientes das atividades operacionais e novos empréstimos de longo prazo (Nota 1).

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores e outras contas a pagar	128.537	78		
Concessão a pagar	3.572	4.916	9.669	17.645
Empréstimos e financiamentos	454.074	39.414	87.049	845.413
Parcelamentos	5.979	3.016	6.033	
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores e outras contas a pagar	46.421	93	78	24.890
Concessão a pagar	3.155	3.155	9.466	21.505
Empréstimos e financiamentos	271.116	153.999	14.967	269
Parcelamentos	20.555	25.025	35.203	2.467

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia em 31 de dezembro de 2013 possui um Swap contratado por sua Controlada para proteção de risco de volatilidade da taxa CDI (Nota 12(a)).

(h) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira.

(i) Risco de crédito

Segundo avaliação da administração da Companhia, esse risco é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos com a SuperVia. Com relação aos demais recebíveis a administração considera baixo o risco de não liquidação. A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 12)	916.008	440.351
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.662)	(19.449)
Dívida líquida	911.346	420.901
Total do patrimônio líquido	105.464	141.960
Total do capital	1.016.810	562.861
Índice de alavancagem financeira - %	90	75

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A Companhia possui ativos ao valor justo, derivativos ou ativos na categoria de disponíveis para venda.

	Empréstimos e recebíveis	
	2013	2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	4.662	19.449
Contas a receber e outros ativos	94.906	63.358
	<u>99.568</u>	<u>82.807</u>
	Outros passivos financeiros	
	2013	2012
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	916.008	440.351
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	192.966	106.121
Parcelamentos	12.271	83.250
	<u>1.121.245</u>	<u>629.722</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	621	1.985	4.635	3.228
Fundo fixo	23	60	27	64
Numerário em trânsito (a)		16.114		16.114
Fundo de troco		43		43
	644	18.202	4.662	19.449

(a) Refere-se a cheques administrativos detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, convertidos em caixa em janeiro de 2013.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber bilheteria (a)	1.734	5.115	1.734	5.115
Projeto Café de Manhã (b)	2.818	2.818	2.818	2.818
Outras contas a receber (c)	6.113	1.544	14.619	6.212
Gratuidade - Decreto Estadual nº 36.993 (d)	7.295	4.365	7.295	4.365
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens	46.592	37.322	46.592	37.322
Contas a receber Teleférico Rio de Janeiro (f)	18.536	4.691	18.536	4.691
Provisão Devedores Duvidosos	(507)	(475)	(507)	(475)
	82.581	55.380	91.087	60.048
Menos				
Ativo circulante	(33.010)	(15.078)	(41.516)	(19.746)
Ativo não circulante	49.571	40.302	49.571	40.302

(a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (b) Convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para fornecer café da manhã nas estações ferroviárias. Refere-se a reembolso a ser recebido por conta do pagamento efetuado pela Companhia a fornecedores que prestam este serviço.
- (c) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da SuperVia, aluguel de espaço publicitário e aluguel de imobiliário.
- (d) Reembolso a receber do Poder Concedente de R\$ 1 (um real) por estudante e deficiente físico pela gratuidade concedida.
- (e) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão.

Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referente ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço. O governo do estado do Rio de Janeiro realizou ainda um adiantamento à Companhia, o qual é baixado mediante prestação de contas dos gastos efetuados para construção da infraestrutura necessária à operação do teleférico (Nota 1).

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	100	32.746	32.745	1	10.425
Em 31 de dezembro de 2013	1.000.000	99,99	32.746	32.745	1	10.425
Em 31 de dezembro de 2012	1.000.000	99,99	22.971	22.970	1	7.493

O resultado auferido pela SC Empreendimentos e Participações S.A. decorre da atividade de negócios imobiliários e aluguel de espaços publicitários.

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços .

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Movimentação do investimento

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
	<hr/>
31 de dezembro de 2011	3.002
Equivalência patrimonial	7.493
Dividendos pagos	(3.001)
Dividendos antecipados	(3.179)
Dividendos propostos	(4.314)
	<hr/>
31 de dezembro de 2012	1
Equivalência patrimonial	10.425
Dividendos propostos	(10.425)
	<hr/>
31 de dezembro de 2013	<u><u>1</u></u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada

i Balanço Patrimonial sintético

	SC Empreendimentos e Participações S.A.	
	2013	2012
Circulante		
Ativo	12.650	6.011
Passivo	(18.442)	(5.695)
	<u>(5.792)</u>	<u>316</u>
Não circulante		
Ativo	20.096	16.960
Passivo	(14.303)	(17.275)
	<u>5.793</u>	<u>(314)</u>
Patrimônio líquido	<u>1</u>	<u>1</u>

ii Demonstração do resultado sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A.	
	2013	2012
Receita líquida	28.225	38.303
Custos e despesas totais	(12.014)	(26.682)
	<u>16.211</u>	<u>11.621</u>
Resultado financeiro	(2.454)	(1.527)
	<u>13.757</u>	<u>10.094</u>
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	(3.332)	(2.601)
lucro líquido do exercício	<u>10.425</u>	<u>7.493</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

iii Demonstração dos fluxos de caixa sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A.	
	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas operações	13.342	8.750
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.097)	(2.498)
Caixa líquido pelas atividades operacionais	10.245	6.252
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(175)	(16.058)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(7.299)	9.520
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	2.771	(286)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.247	1.533
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.018	1.247

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

9 Intangível - Consolidado

Composição

Discriminação	Material	Marcas e	Outorga da	Compensação	Equipamentos	Máquinas	Instalações	Computadores	Móveis e	Total em	Intangível	Consolidado					
	Rodante	Edificações	patentes	Concessão	Estado RJ	Software	e Instalações	Automáticas	Fixas	e Periféricos	Veículos	utensílios	Ferramentas	operação	em construção	Intangível	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012																	
Saldo inicial	99.951	16.879	339	12.981	22.447	1.443	7.414	7.188	117.407	5.238	706	1.971	400	294.364	93.072		387.436
Aquisições		16.320					551	187		554	406	507	54	18.579	265.443		284.022
Transferências	34.037	10.385				557	1.118	38	11.195	1.026		538	55	58.949	(58.949)		
Alienação/baixa							(11)				(106)	(11)		(128)			(128)
Amortização	(28.659)	(645)	(30)	(353)	(609)	(704)	(945)	(3.474)	(17.317)	(1.771)	(185)	(299)	(97)	(55.088)			(55.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	105.329	42.939	309	12.628	21.838	1.296	8.127	3.939	111.285	5.047	821	2.706	412	316.676	299.566		616.242
Custo total	197.912	48.683	716	25.865	23.107	5.337	11.335	17.506	243.052	10.698	1.400	5.208	566	591.385	299.566		890.951
Amortização acumulada	(92.583)	(5.744)	(407)	(13.237)	(1.269)	(4.041)	(3.208)	(13.567)	(131.767)	(5.651)	(579)	(2.502)	(154)	(274.709)			(274.709)
Saldo contábil líquido	105.329	42.939	309	12.628	21.838	1.296	8.127	3.939	111.285	5.047	821	2.706	412	316.676	299.566		616.242
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013																	
Saldo inicial	105.329	42.939	309	12.628	21.838	1.296	8.127	3.939	111.285	5.047	821	2.706	412	316.676	299.566		616.242
Aquisições	4	165					583	246		1.295	213	686	83	3.275	393.119		396.394
Transferências	17.363	10.411					3.205	45	28.687					59.711	(59.711)		
Alienação/baixa																	
Amortização	(35.799)	(949)	(30)	(353)	(609)	(714)	(1.151)	(3.539)	(28.739)	(2.019)	(231)	(420)	(118)	(74.671)			(74.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	86.897	52.566	279	12.275	21.229	582	10.764	691	111.233	4.323	803	2.972	377	304.991	632.974		937.965
Custo total	215.279	59.259	716	25.865	23.107	5.337	15.122	17.797	271.739	11.965	1.544	5.892	649	654.271	632.974		1.287.245
Amortização acumulada	(128.382)	(6.693)	(437)	(13.590)	(1.878)	(4.755)	(4.358)	(17.106)	(160.506)	(7.642)	(741)	(2.920)	(272)	(349.280)			(349.280)
Saldo contábil líquido	86.897	52.566	279	12.275	21.229	582	10.764	691	111.233	4.323	803	2.972	377	304.991	632.974		937.965
Taxa de depreciação %	de 01 a 10 anos	Até 2048	Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	de 04 a 21 anos	20%	20%	10%	20%				

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Infraestrutura - consolidado

Após a adoção do ICPC 01, todo custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear, que a administração entende como o método que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Direito de outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos.

O valor da outorga, decorrente do contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e em 31 de dezembro de 2013 o saldo monta R\$ 12.275 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2013, o direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, monta a R\$ 583.045 e será pago por meio da realização de investimentos (Nota 1).

(c) Intangível em Construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela companhia (Nota 1).

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a vida útil econômica de cada bem. No exercício de 2013, esta prática resultou em aumento relevante na amortização em comparação com exercícios anteriores.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores - Moeda nacional (a)	103.014	31.243	103.698	31.323
Fornecedores - Moeda estrangeira (b)	5.793	234	5.793	234
CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. (c)	28.547	24.890	28.547	24.890
	137.354	56.367	138.038	56.447

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia apresenta valores a pagar em moeda nacional tendo como principal fornecedor a empresa Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., decorrente da aquisição de novos trens conforme Nota 23. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2013 serão liquidados no primeiro semestre de 2014.
- (b) A Companhia apresenta valores a pagar em moeda estrangeira ao fornecedor Bombardier European Investments, decorrente da aquisição de novo sistema de sinalização da via férrea.
- (c) Saldo correspondente ao montante cobrado pela prestadora de serviços de manutenção de material rodante, objeto de arbitragem internacional cuja decisão foi proferida em 26 de março de 2006. O montante original em Reais de R\$ 2.334 está acrescido de atualização monetária e em 31 de dezembro de 2013 monta R\$ 28.547; o montante original em dólares norte-americanos de US\$ 2.699 mil está acrescido de juros à taxa de 1% ao mês. Atualmente, a Construcciones y Auxiliares de Ferro Carriles, S.A (“ CAF “) está pleiteando junto ao Superior Tribunal de Justiça (“ STJ”) a homologação da sentença estrangeira, com o objetivo de permitir sua cobrança na esfera judicial do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a Companhia questiona junto ao STJ o não reconhecimento da decisão estrangeira.

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogando em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2013 foram pagas 122 parcelas, e o saldo remanescente é de R\$ 35.802.

	Consolidado	
	2013	2012
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(13.589)	(13.237)
Intangível (Nota 9)	12.276	12.628
Passivo		
Circulante	3.572	3.155
Não Circulante	32.230	34.127
Concessão a pagar	35.802	37.282

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

12 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros	Consolidado	
		2013	2012
Banco Brasil - FINAME	0,37% e 0,57% a.m	804	954
Banco Itaú - FINAME	0,64% e 0,46% a.m	222	306
Banco Itaú	100% do CDI+ 0,18 a.m e CDI + 0,15 a.m + 1,06% a.m	143.059	12.016
Banco Santander	100% do CDI+ 0,17% a.m + CDI + 0,18% a.m	25.500	
Banco Bradesco	100% do CDI+ 0,19% a.m + 125% do CDI	20.084	
Banco do Brasil	120% do CDI	50.044	
Banco ABC Brasil (a)	100% do CDI+ 0,26% a.m	19.807	17.275
Debêntures (b)	100% CDI + 0,12 a.m	165.496	150.440
Banco BNDES (c)	TJLP + 0,20% a.m	489.522	258.282
Leasing	IGPM	1.470	1.078
		916.008	440.351
Circulante		(417.916)	(271.116)
Não Circulante		498.092	169.235

- (a) Empréstimo adquirido pela Controlada SC para aquisição de imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro que será pago em 37 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2014 e a última parcela com vencimento em junho de 2017. O swap contratado para proteção de risco com taxa de juros (Nota 4.1 (g)) tem o mesmo vencimento das parcelas do empréstimo. O valor registrado em 31 de dezembro de 2013 monta R\$ 3.807. Este imóvel será destinado à implantação de uma oficina ferroviária que servirá para montagens e manutenção de trens.
- (b) Emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento, para liquidação de empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 150.000, com pagamento em parcela única vencendo em maio de 2014. Os agentes financeiros emitentes foram o Banco Votorantim S.A. e o Banco do Brasil S.A. As Debêntures são de espécie quirografária, sem a outorga de quaisquer garantias.
- (c) Empréstimo contratado junto ao BNDES, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia utilizado como pagamento da outorga por meio de dação e pagamento conforme Nota 1. O primeiro desembolso ocorreu no dia 28 de maio de 2012 no montante de R\$ 248.477 através de empréstimo ponte, no dia 17 de outubro de 2013 foi desembolsado o montante de R\$ 490.000 onde foi amortizado o valor relativo ao empréstimo ponte (R\$ 248.477) e saldo de juros apropriados até esta data (R\$ 26.950).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, a constituir e manter, durante toda a vigência Conta Reserva aberta junto ao Banco Depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia movimenta esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos e pagamentos denominada para este contrato conforme descrito na Nota 21;

Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,3 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada trimestre;

Operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES;

Não conceder preferencia a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debentures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

Todas as obrigações contraídas pela Companhia relativas a este contrato foram cumpridas em 31 de dezembro de 2013.

Prazos de vencimento

O montante em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2013	2012
2014		154.045
2015	40.588	5.930
2016	30.743	5.935
2017	32.102	3.056
2018	32.667	269
2019 em diante	361.992	
	<u>498.092</u>	<u>169.235</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

13 Parcelamentos

	Consolidado	
	2013	2012
Light	102.878	148.068
Ajuste a valor presente	(36.636)	(71.505)
Saldo no início do exercício	<u>66.242</u>	<u>76.563</u>
Pagamentos	(71.554)	(13.720)
Atualização ajuste a valor presente	1.152	(4.454)
Atualização monetária	4.160	7.853
Líquido Light (a)	<u>66.242</u>	<u>66.242</u>
Cessão de crédito ao Santander		
Valor dos créditos cedidos		39.273
Ajuste a valor presente		(27.752)
Saldo no início da operação		11.521
Saldo no início do exercício	7.958	
Pagamentos	(3.833)	(3.563)
Líquido Cessão de Crédito Santander (b)	<u>4.125</u>	<u>7.958</u>
Cedae (c)	<u>8.146</u>	<u>9.050</u>
Total (a)+(b)+(c)	<u>12.271</u>	<u>83.250</u>
Circulante	5.525	20.555
Não circulante	6.746	62.695

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Light

Em 12 de abril de 2007, com o apoio e a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a SuperVia celebrou Termo de Novação de Dívida com a Light Serviços de Eletricidade S.A. para pagamento da dívida acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, em 168 parcelas mensais e sucessivas com os seguintes valores: 24 parcelas de R\$ 500, 24 parcelas de R\$ 700, 24 parcelas de R\$ 900, 95 parcelas de R\$ 1.200 e a última parcela representará o saldo final, no valor atual de R\$ 1.741.

Anualmente, as parcelas mensais acima são atualizadas monetariamente pela variação do IGPM-FGV - Índice Geral de Preço de Mercado elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e não há incidência de juros.

A cláusula 4ª do referido Termo de Novação faculta à SuperVia liquidar antecipadamente o débito parcelado com desconto de 2,1% a.m., desde que esteja em dia com todas as parcelas vencidas até a data do exercício desta faculdade e em dia com as faturas emitidas pela Light.

O ajuste a valor presente foi calculado com base na taxa de juros real de 0,5% a.m. considerando ainda o desconto para pagamento antecipado de 2,1% a.m. explícito no contrato.

Em setembro de 2010, foi celebrado aditivo alterando as datas para o pagamento das parcelas antecipadas e em setembro de 2010 e 2011, a SuperVia pagou antecipadamente o valor de R\$ 1.447 e R\$ 1.970 referente às parcelas 145 a 156 e 157 a 168 respectivamente, inclusive, com uma taxa de desconto de 2,1% a.m. gerando um desconto efetivo de R\$ 16.216 e R\$ 22.687, respectivamente.

Em dezembro de 2013, a SuperVia pagou antecipadamente o valor de R\$ 56.050 referente às parcelas 70 a 120, efetuando assim a liquidação deste parcelamento .

(b) Cessão de direitos creditórios para o Banco Santander S.A.

Em maio de 2012, foi celebrado aditivo ao termo de novação de dívida da Light transferindo os direitos creditórios recorrente das parcelas 121 a 144 ao Banco Santander S.A, com uma taxa de desconto de 1,85 % a.m. O desconto financeiro efetivo gerado será realizado a medida da execução dos pagamentos.

(c) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae

Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV. As parcelas do circulante e do não circulante representam R\$ 1.400 (2012 - R\$ 1.316) e R\$ 6.746 (2012 - R\$ 7.734), respectivamente.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

14 Programa de recuperação fiscal ("Refis")

Em outubro de 2009, a SuperVia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

	Consolidado	
	2013	2012
Saldo inicial	13.216	20.007
Amortizações/atualizações no exercício	(8.571)	(6.791)
	<u>4.645</u>	<u>13.216</u>
Circulante	1.434	8.798
Não circulante	3.211	4.418

Como consequência da adesão ao REFIS, a SuperVia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

	Consolidado	
	2013	2012
Créditos de:		
Imposto de renda	111.581	112.555
Contribuição social	40.169	40.520
	<u>151.750</u>	<u>153.075</u>

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2013	2012
Ajuste a valor presente - Light Santander	8.966	54.860
Imposto de renda 25%	2.241	13.715
Contribuição social 9%	807	4.937
	<u>3.048</u>	<u>18.652</u>

Em 31 de dezembro de 2013 o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam a R\$ 148.702 (2012 – R\$ 134.423).

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano	Consolidado	
	2013	2012
2016		7.137
2017		7.825
2018	1.820	16.042
2019	6.809	24.213
2020	14.295	27.908
2021	19.025	33.449
2022	25.424	36.501
2023	34.735	
2024	40.433	
2025	9.209	
	<u>151.750</u>	<u>153.075</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo. A partir do exercício de 2013 a Companhia não reconheceu mais IR e CSL diferidos sobre prejuízos fiscais, este não reconhecimento será mantido até que o cenário de lucros futuros seja comprovado.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.775)	(95.724)	(50.775)	(95.724)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	17.264	32.546	17.264	32.546
Adições e exclusões permanentes	857	724	857	724
IR e CSL constituídos de anos anteriores	92	1.106	92	1.106
Credito Tributário não reconhecido	(3.934)		(3.934)	
IRPJ e CSLL diferidos	14.279	34.376	14.279	34.376
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro Presumido			(3.332)	(2.601)
Corrente				
Diferido	14.279	34.376	14.279	34.376
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	14.279	34.376	10.947	31.775

16 Patrimônio líquido

Em 2011, foi integralizado capital no valor de R\$ 56.560. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social da Companhia é de R\$ 379.240 (R\$ 359.300 integralizado e R\$ 19.940 a integralizar), representado por 37.923.947 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 99,99% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

17 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

- (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2013	2012	2013	2012
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i)	6.286	5.286	5.975	11.997
Reclamações cíveis (c) (ii)	1.120	187	57.405	82.129
FGTS (c) (iii)			1.743	1.743
	<u>7.406</u>	<u>5.473</u>	<u>65.123</u>	<u>95.869</u>

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

- (b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.997	82.129	1.743	95.869
Adições	479	5.693		6.172
Baixas/Pagamentos	(6.502)	(30.416)		(36.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.974</u>	<u>57.406</u>	<u>1.743</u>	<u>65.123</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2013.

- (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:
- i Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - ii Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
 - iii Valor de FGTS relativos a recolhimento efetuado a menor conforme autos de infração números 100.068.375 e 100.064.434.
- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 196.319 e R\$ 40.992, respectivamente.

18 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de construção (a)	273.716	249.271	273.891	265.629
Receita de operação				
Bilheteria	415.916	381.486	415.916	381.486
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	94	3.839	32.259	27.679
Direito de passagem e outras receitas (b)	14.956	4.318	14.957	4.318
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	1.875	1.813	1.875	1.813
	432.841	391.456	465.007	415.296
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(14.253)	(20.470)	(18.369)	(22.366)
	<u>692.304</u>	<u>620.257</u>	<u>720.529</u>	<u>658.559</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário, entretanto, a margem apurada para esta receita é próximo a zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística pela malha ferroviária da SuperVia e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico.
- (c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento é garantido pelo contrato de concessão.

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contingências (Nota 17 (b))	(497)	68.578	(497)	68.578
Despesas de benefícios a empregados	22.965	28.720	27.907	32.296
Consultoria	22.521	18.515	23.010	19.256
Frete	1.703	2.705	1.714	2.733
Despesas com tecnologia da informação	4.933	3.545	4.933	3.836
Outras despesas	13.232	5.268	16.083	6.809
Despesas gerais e administrativas	64.857	127.330	73.150	133.508

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos com partes relacionadas	(1.759)		(1.766)	
Juros empresas ligadas	(76)			
Juros empréstimos bancários	(26.151)	(16.102)	(28.683)	(16.943)
Variação monetária concessão a pagar	(1.985)	(2.835)	(1.985)	(2.835)
Variação monetária parcelamentos	(7.562)	(44.383)	(7.562)	(44.383)
Variação monetária outras	(2.209)	(11)	(2.209)	(11)
Impostos sobre operações financeiras	(3.927)	(1.925)	(3.927)	(2.230)
Juros REFIS	(452)	(2.092)	(452)	(2.092)
Outras	(5.602)	(4.583)	(5.651)	(5.054)
	<u>(49.723)</u>	<u>(71.931)</u>	<u>(52.235)</u>	<u>(73.548)</u>
Receita financeira				
Empresas ligadas	39	20	39	20
Variações monetárias	6.962	30.907	6.962	30.909
Receita aplicação financeira	2.016	6.292	2.071	6.315
Outras receitas financeiras	581	367	584	432
	<u>9.598</u>	<u>37.586</u>	<u>9.656</u>	<u>37.676</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(40.125)</u>	<u>(34.345)</u>	<u>(42.579)</u>	<u>(35.872)</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Rio Trens Participações S.A		SC Empreendimentos e Participações S.A		Odebrecht Transport Participações S.A		F.L.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Mútuo ativo	509	305						
Mútuo passivo			3.059					
Conta corrente (gestão de caixa)							106.993	43.112
Dividendos propostos			10.425	4.314				
Despesas financeiras			76		1.579			
Receitas financeiras	39	20						

Os mútuos com partes relacionadas são corrigidos pela variação de 105% de CDI.

Empresa parte relacionada gerenciadora de investimentos

A Companhia firmou em 2012 contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão do seu caixa. Os valores a receber junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2013 montam a R\$ 106.993. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 180 a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado.

22 Cobertura de seguros (não auditado)

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ramos	Importâncias seguradas
Oficina Deodoro (roubo, incêndio, alagamento)	26.650
Incêndio de bens do imobilizado	520
Estação Leopoldina (roubo, incêndio, alagamento)	4.200
Responsabilidade civil/risco operação	50.000
Responsabilidade civil/diret./acionistas	36.000
25 escadas rolantes	6.672

23 Compromissos

Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia, em 03 de dezembro de 2012, firmou contrato para aquisição de 20 trens no valor de R\$ 276.410 com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. O início da operação comercial do primeiro trem está previsto para março de 2014 e do último para outubro 2014. O cronograma de pagamentos segue o acordo conforme registrado em contrato.